



Jornal do Simesp

Nº 10 • Publicação mensal do SIMESP Sindicato dos Médicos de São Paulo • Março | 2016

Pág. 3

Contingenciamento de verbas ameaça Centro de Saúde

Estabelecimento da Santa Casa, na Barra Funda, que atende cerca de 17 mil pessoas por mês, pode fechar as portas até o final de março. Na unidade trabalham 118 profissionais



Pág. 4

Campanha

Servidores do Estado discutem pontos da campanha salarial 2016. Eles exigem, entre outros, recuperação das perdas salariais e reajuste do valor do plantão

Pág. 5

Planos de saúde

Na sede do Simesp, médicos de todo o estado definem pauta de reivindicação. Proposta é de 20,54% de reajuste nas consultas e procedimentos

Pág. 6

Hora extra

A seção *Jurídico Responde* explica o funcionamento do pagamento da jornada extraordinária e como deve ser calculada. Regra também é válida para plantonistas

Em favor da saúde

Diretoria do Simesp

As notícias veiculadas nesta edição do *Jornal do Simesp*, assim como nas anteriores, são retratos da crise que a atenção à saúde vem enfrentando em São Paulo e em todo o país.

Os cortes de recursos tornam ainda mais precárias as condições de atendimento em locais que já sofriam por financiamento insuficiente. Em 2016, haverá R\$ 10 bilhões a menos no orçamento do Governo Federal destinado à saúde. O Governo do Estado de São Paulo disponibilizará R\$ 1 bilhão a menos.

Não podemos ignorar o impacto da crise econômica na arrecadação de tributos: as receitas encolhem, de fato. Mas também não podemos ignorar que a partir da queda de emprego e renda, há menos pessoas com acesso à saúde suplementar e maior demanda por assistência nos serviços públicos. Não é razoável que no momento em que as pessoas mais precisam haja menos recursos para atendê-las.

O possível fechamento do Centro de Saúde Escola da Santa Casa, o novo episódio da crise do Iamspe, a falta de reajustes salariais dos médicos do Estado desde 2013, são casos que têm uma raiz em comum: a crise de financiamento e a falta de prio-

rização da saúde.

Nas organizações sociais e hospitais filantrópicos temos enfrentado uma difícil campanha salarial, já que o sindicato que as representa (Sindhosfil-SP) insiste em oferecer aos médicos reajuste inferior à inflação. O Simesp fechou acordos com os demais sindicatos patronais que, no mínimo, evitaram a perda inflacionária. Em relação ao Sindhosfil: levamos à justiça.

Na saúde suplementar, trilhamos o caminho da união com as entidades médicas estaduais: Cremesp, APM e Academia de Medicina, apresentamos uma pauta conjunta de reivindicações e não hesitaremos em levar a negociação à Justiça do Trabalho, caso não avancem as negociações com as operadoras.

O Simesp não deixará de cumprir o seu papel, de defender o médico e seu trabalho, tornando públicos os problemas concretos enfrentados nos serviços de saúde, por meio de ações junto aos órgãos de controle social, de denúncias ao Ministério Público e de enfrentamento na justiça, quando for o caso. Ao lado dos médicos, das entidades organizadas, da sociedade. Em favor da saúde, sempre.



“Desde o início da crise na Santa Casa observamos um tipo de política de desmonte que atinge outros hospitais filantrópicos do estado.”

Eder Gatti, presidente do Simesp, sobre o fechamento do Centro de Saúde Escola Barra Funda “Dr. Alexandre Vranjac” (da Santa Casa) 27 de fevereiro – Jornal Dia a Dia

“O teste rápido para a dengue é de cobertura obrigatória. Demorou dois anos para que ele fosse incorporado, e as empresas que estão negando cobertura precisam ser denunciadas.”

Maria Inês Dolci, coordenadora institucional da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor (Proteste) 25 de fevereiro – Agência Brasil

“Nós reconhecemos uma relação de trabalho entre essas partes, o que torna necessária uma negociação coletiva.”

Eder Gatti, presidente do Simesp, sobre perda salarial de 20% dos médicos vinculados aos planos de saúde 23 de fevereiro – site GeHosp



SIMESP
SINDICATO DOS MÉDICOS DE SÃO PAULO

DIRETORIA

Presidente
Eder Gatti Fernandes
relacionamento@simesp.org.br

SECRETARIAS

Geral
Denize Ornelas P. S. de Oliveira
Comunicação e Imprensa
Gerson Salvador
Administração
Ederli M. A. Grimaldi de Carvalho
Finanças
Juliana Salles de Carvalho
Assuntos Jurídicos
Gerson Mazzucato
Formação Sindical e Sindicalização
Marly A. L. Alonso Mazzucato
Relações do Trabalho
José Erivalder Guimarães de Oliveira
Relações Sindicais e Associativas
Otelo Chino Júnior

EQUIPE DO JORNAL DO SIMESP

Diretor
Gerson Salvador
Editora-chefe e redação
Ivone Silva
Reportagem e revisão
Adriana Cardoso
Leonardo Gomes Nogueira
Nádia Machado
Fotos
Osmar Bustos
Relações-Públicas
Juliana Carla Ponceano Moreira
Ilustração
Célio Luigi
Redação e administração
Rua Maria Paula, 78, 3º andar

01319-000 – SP – Fone: (11) 3292-9147
imprensa@simesp.org.br
www.simesp.org.br

PROJETO GRÁFICO

Med Idea - Design para médicos
Oscar Freire, 2189, Pinheiros
São Paulo/SP 05409-011
Fone: (11) 99897-8787
contato@medidea.com.br
www.medidea.com.br
Editor de Arte e diagramação
Igor Bittencourt
Stella Miranda

Tiragem: 14 mil exemplares
Circulação: Estado de São Paulo

Todas as matérias publicadas terão seus direitos resguardados pelo Jornal do Simesp e só poderão ser publicadas (parcial ou integralmente) com a autorização, por escrito, do Sindicato.

A versão digital desta publicação está disponível no site do Simesp. Caso não queira receber a edição impressa, basta mandar e-mail para relacionamento@simesp.org.br

Centro de Saúde “Alexandre Vranjac” deve ser fechado até o dia 31 de março

Mais um triste capítulo na história da Santa Casa: Centro de Saúde – referência em ensino e em saúde da família, além de prestador de assistência à população em situação de rua – corre risco de fechar as portas por falta de verbas

Adriana Cardoso

Trabalhadores do Centro de Saúde Escola Barra Funda “Dr. Alexandre Vranjac” vêm buscando meios para evitar o fechamento do local, anunciado para ocorrer até 31 de março. No dia 2 de março, representantes do centro, da Irmandade Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, gestora da unidade, e da Prefeitura de São Paulo realizaram uma reunião para discutir saídas para evitar o encerramento das atividades, mas não houve avanços.

O Centro de Saúde Escola (CSE) é um braço da Santa Casa mas, por ser uma unidade de atenção primária de baixa complexidade e também um núcleo de ensino de medicina, há um imbróglgio em relação ao seu financiamento.

A unidade, que atende cerca de 17 mil pessoas por mês, era bancada como um todo pelo governo do estado, que repassava os recursos à irmandade. No entanto, houve um contingenciamento de verbas estaduais, alegando que, por se tratar de uma unidade de atenção primária, deveria ser provida pelo município e não pelo estado.

Atualmente, a prefeitura custeia apenas as equipes de saúde da família e há negociação em curso entre a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) e a Santa Casa para buscar uma saída. O ensino, por sua vez, envolve recursos provenientes dos ministérios da Saúde e Educação.

Pelo que a reportagem do *Jornal do Simesp* apurou sobre a reunião do dia 2, foram discutidos “valores” para não fechar o CSE. Sem repasse suficiente de recursos para manter o local, a irmandade teria sido forçada a anunciar o fechamento da unidade.

Para o presidente do Sindicato dos Médicos de São Paulo (Simesp), Eder Gatti, há um jogo de empurra de responsabilidades entre estado e prefeitura. “O governo do estado suprimiu as verbas destinadas à Santa Casa por entender que o Centro de Saúde é de responsabilidade da prefeitura, pelo fato de ser uma unidade de atenção básica. Faltou um melhor entendimento entre as partes”, avalia.

Em nota conjunta, a Secretaria Municipal de Saúde e a Santa Casa disseram que “a pasta reuniu-se com representantes da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo com o intuito de buscar alternativas ao fechamento da unidade. Cabe ressaltar que a SMS empregará todos os recursos, inclusive financeiros, se necessário, para garantir a continuidade do serviço oferecido aos munícipes”.

A Secretaria de Estado da Saúde também foi contatada e, por meio de sua assessoria, disse que o convênio do estado com a Santa Casa é exclusivo para atendimentos de alta e média complexidade, requisito



> Repasses de recursos são insuficientes para manter o local

no qual não se enquadra o centro da Barra Funda.

Sem saber seus destinos, os trabalhadores continuavam mobilizados contra o fechamento da unidade quando esta reportagem foi concluída, tendo, inclusive, encaminhado uma moção de repúdio à prefeitura e criado uma petição pública na internet.

Protesto silencioso

Parte dos funcionários do Centro de Saúde Escola foram trabalhar vestindo roupas pretas na sexta-feira, 26, um dia depois de ter sido anunciado o fechamento.

Ao todo, 118 profissionais trabalham no local, sendo 15 deles médicos. A unidade foi fundada em 1968, funcionando também como um centro de referência em ensino em atenção primária e pesquisa. É considerada referência em saúde da família e assistência à população em situação de rua. Seu fechamento é um prejuízo não só para a população, mas também aos alunos e residentes que fazem estágio no local.

Esse é mais um capítulo da crise da Santa Casa, que teve

seu ápice em meados de 2014, quando o hospital central, na Santa Cecília, deixou de atender casos de emergências e urgências, alegando falta de condições financeiras.

Santa Casa

Os profissionais demitidos da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo decidiram aceitar (em assembleia, no dia 1º de março) a última proposta de acordo apresentada pela instituição: pagamento das verbas rescisórias dos dispensados em, no máximo, 18 vezes, com correção, a partir da 13ª parcela, pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPC) medido pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe).

Em contrapartida, a Santa Casa se compromete a não terceirizar os serviços prestados pelos médicos dispensados; priorizá-los em caso de contratação para substituição dos mesmos postos (período de 24 meses); não dominar o nível de emprego, desde que mantidas as condições financeiras atuais.

Médicos recebem indenizações



> Simesp paga dois novos lotes. Ação contempla, ao todo, dois mil médicos

Começaram a ser pagos, no dia 23 de fevereiro, dois novos lotes de indenizações aos beneficiários de ação movida pelo Sindicato dos Médicos de São Paulo (Simesp) contra a prefeitura da capital paulista. O quinto e sexto lotes beneficiam, ao todo, 67 médicos.

O processo se arrasta desde 1995, quando o Simesp entrou com ação coletiva na justiça exigindo que a prefeitura pagasse o reajuste salarial previsto em lei para os servidores do município. Em 2001, o poder municipal foi derrotado em seu último recurso no Supremo Tribunal Federal (STF). A ação contempla,

ao todo, dois mil médicos associados ao Simesp à época.

Apesar da vitória, a diferença salarial só começou a ser paga em dezembro de 2013, em função da longa fila dos precatórios. “A rigor eu não lembrava”, disse Francisco Roberto Gonçalves Santos, referindo-se ao processo. O médico contou que uma amiga lembrou-o que, ao completar 60 anos, ele ganharia prioridade no recebimento desse tipo de indenização paga pelo poder público. Idade e doenças graves são alguns dos critérios usados para que a pessoa tenha preferência na fila de pagamentos de precatórios.

Médicos do Estado

Categoria inicia mobilização

O Sindicato dos Médicos de São Paulo (Simesp) e representantes de entidades de servidores estaduais realizarão assembleia em 31 de março, na sede da entidade, para definir a pauta de reivindicações que conduzirá a Campanha Salarial do Estado.

No dia 25 de fevereiro, em uma primeira convocação, os representantes das entidades ligadas a médicos peritos, leigos e servidores estaduais definiram uma pré-pauta para conduzir a elaboração de uma

proposta mais concreta. Entre os temas estão: recuperação das perdas salariais, reajuste do valor dos plantões, facilitação de retorno de servidores municipalizados ao Estado, realização de concursos públicos e revisão da lei que instituiu a carreira do Estado, em 2013.

“A lei tem uma série de problemas. Os médicos, por exemplo, estão sem reajuste desde 2013, com uma defasagem salarial de 20% a 25%”, alerta o presidente do Simesp, Eder Gatti.

Servidores protestam



> Mudanças anunciadas pela superintendência não foram discutidas

Em ato no dia 25 de fevereiro, os trabalhadores do Hospital do Servidor Público Estadual de São Paulo (HSPE) decidiram discutir uma contraproposta às mudanças anunciadas pela superintendência, como redução dos plantões e no vale-transporte.

A superintendência do Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual (Iamspe) anunciou as mudanças com base numa orientação do Ministério Público Estadual.

“As decisões não foram discutidas com os trabalha-

dores”, criticou Regina Bueno Paiva, presidente da Associação dos Funcionários do Iamspe (Afiamspe). Porém, quando soube do ato, a direção suspendeu as medidas, que começariam a valer em março, para que os trabalhadores elaborassem uma contraproposta.

“Nós, médicos do Iamspe, temos, juntamente com os funcionários, uma responsabilidade muito grande com a saúde de todos os usuários”, afirmou Gerson Mazzucato, presidente da Associação de Médicos do Iamspe e diretor do Simesp.

App

Simesp lança aplicativo



Agora você pode ler as notícias, assistir à programação da TV Simespe e acompanhar as atividades do Sindicato em seu celular, pelo App Simesp+. O aplicativo torna mais fácil e ágil a interconexão entre a entidade e seus associados, que podem acessar o progra-

ma de benefícios do Simesp.

O lançamento acompanha a renovação do site da entidade, que está mais dinâmico e interativo. O aplicativo está disponível na App Store e Google Play ou no endereço simesp.org.br/simesp+.

Entidades reivindicam 20,54% de reajuste

Representantes da categoria entendem que há relação de trabalho entre médicos e operadoras de saúde

Na noite de 22 de fevereiro, em assembleia no Sindicato dos Médicos de São Paulo (Simesp), no centro da capital paulista, médicos de várias regiões do estado aprovaram a pauta de reivindicações da categoria dirigida aos planos de saúde. A proposta para o reajuste de consultas e procedimentos é de 20,54%.

Esse percentual se baseia na reposição da inflação do último ano e na recomposição de perdas acumuladas

desde 1996. O cálculo foi apresentado na ocasião por Marun David Cury, diretor adjunto de Defesa Profissional da Associação Paulista de Medicina (APM).

“Entendemos que há relação de trabalho, sim, entre os médicos e as operadoras”, disse Eder Gatti, presidente do Simesp. Ele se referia à jurisprudência criada pelo entendimento do judiciário de que o vínculo entre operadoras e seus prestadores de serviço pode ser configurado como uma relação de trabalho.



> Médicos de várias regiões do estado aprovam pauta de reivindicações

“Diante dessa interpretação, nos reunimos e entendemos que esse é um caminho que pode nos auxiliar na luta por melhores honorários”, avaliou Florisval Meinão, presidente da APM.

“A crise parece não existir para os planos de saúde. Por que vai existir pra gente?”, perguntou Renato Azevedo, conselheiro e ex-presidente do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Cremesp).

Afinal, lembrou Azevedo, os reajustes autorizados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) para os planos sempre ficam bem acima dos oferecidos por essas mesmas empresas aos médicos.

“Trazemos aqui o nosso apoio. Não somente a assembleia. Mas também as resoluções que aqui forem aprovadas”, ressaltou Mauricio Mota de Avelar Alchorne, diretor cultural da Academia de Medicina de São Paulo.

Campanha Salarial 2015

Simesp garante reajuste. Apenas Sindhosfil-SP e RP seguem sem acordo

Sindhosfil-SP insiste em parcelar índice, Simesp cobra na justiça o direito dos profissionais

O Sindicato dos Médicos de São Paulo garantiu o pagamento do reajuste salarial de 9,88% para os médicos que trabalham em estabelecimentos representados pelo Sindhosp, Sindihclor (ambos sindicatos patronais de hospitais particulares), Sindhosfil Vale do Paraíba (sindicato de santas casas e hospitais filantrópicos) e Sinamge (sindicato das empresas de medicina de grupo).

Assim como na campanha salarial anterior, o Simesp manteve a política do fim do parcelamento do reajuste salarial

durante as negociações, pois esse fator prejudicou o poder de compra dos médicos ao longo dos anos. O Sindicato também ressaltou a necessidade de mudanças nos artigos sociais da convenção, como ampliação da licença-maternidade de 120 para 180 dias.

A porcentagem do reajuste é baseada no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do período de 1º de setembro de 2014 a 31 de agosto de 2015.

Emperrada

Ainda não houve acordo com o Sindhosfil-SP e o Sindhosfil Ribeirão Preto (sindicatos patronais de santa casas, organizações sociais e hospitais filantrópicos) que, até o fechamento desta edição, se recusavam a pagar o reajuste integral.

O Sindhosfil-SP oferece, por exemplo, o reajuste em duas etapas: 5,5% (a partir de 1º de setembro) e 4,38% (a partir de 1º de novembro). “Não aceitamos parcelar o índice, pois isso acarreta em perdas financeiras. Se o Sindhosfil não quiser negociar, deixaremos a decisão para a Justiça do Trabalho”, enfatiza o presidente do Simesp, Eder Gatti.

A negociação está sendo realizada sob a mediação do Ministério do Trabalho e Emprego. O Simesp reivindica 10% de aumento real, piso salarial de R\$ 13 mil, entre outros.

Vale do Ribeira

Regional em novo endereço

A regional Vale do Ribeira do Simesp está de casa nova, agora na cidade de Registro. O presidente da entidade, Bruno Lima Grossi, explica que o município foi escolhido pois forma um importante entroncamento na região (litoral sul do estado), com muitas cidades ao redor, além de ter a maior população da região e com o maior número de médicos residentes. Há, ainda, a previsão de inauguração, em 2016, de um novo Hospital Regional em Registro.

Serviço

Avenida Clara Gianotti de Souza, 102 - salas 106/108. Centro - Registro - SP. Telefone (13) 3821-2915.

Nefrologia tem equipe completa

O governo de São Paulo publicou no dia 3 de março, no *Diário Oficial do Estado (DOE)*, a nomeação de médicos nefrologistas aprovados em concurso público realizado no ano passado para trabalharem no Instituto de Infectologia Emílio Ribas (IIER). A nomeação atende reivindicação dos residentes do instituto, que fizeram paralisação de duas semanas em dezembro passado e contou com total apoio do Simesp.

Pelo que foi apurado pela reportagem do *Jornal do Simesp*, três nefrologistas foram nomeados, completando a equipe da especialidade do instituto. A situação do Emílio Ribas piorou em dezembro, quando parte dos médicos do

instituto teve seus contratos de trabalho temporários encerrados. Naquele mês, apenas um nefrologista aprovado em concurso havia sido nomeado, o que vinha dificultando o trabalho da equipe de nefrologia do hospital.

Para o residente Luiz Francisco D'Elia Zanella, a nomeação é uma conquista que trará benefícios, não só aos residentes, mas à população, "pois garantiremos a qualidade do serviço público". "Estávamos com uma clínica terceirizada para cobrir os períodos em que não houvesse nefrologistas e eu encaro isso como um atentado ao sistema de saúde pública, pois havia um concurso público realizado (em abril de 2015) para a contratação de profissionais", avalia.

Morre ex-presidente do Simesp



> Elio Fiszbejn: proposta democrática

O Simesp lamenta profundamente o falecimento do médico Elio Fiszbejn. Ele foi o segundo presidente do Sindicato (1981-1984) do movimento *Renovação Médica* - que em pleno regime militar, em 1978, assumiu a entidade com uma proposta de-

mocrática. Na gestão anterior, ele foi o vice-presidente.

Durante sua administração, o Sindicato esteve engajado na luta pelo retorno das eleições diretas. Em entrevista à revista *DR!*, em 2014, Fiszbejn lembrou como foi sua participação. "A gente fez todo um movimento de conscientização da categoria. Fomos aos locais de trabalho e mostramos a necessidade de todos participarmos".

O pediatra morreu no dia 24 de fevereiro, aos 74 anos. A esposa Lidia Tenenbaum Fiszbejn diz que, apesar dos problemas de saúde, Fiszbejn se manteve lúcido. "Estava muito debilitado, mas continuava brincalhão, como sempre foi". Ele deixa os filhos Marcelo e Reni e três netos.

Jurídico Responde

Pagamento de horas extras e plantões

O cálculo das horas extras é um tema que costuma deixar dúvidas entre os profissionais. Nesta edição, o advogado do Simesp José Carlos Callegari esclarece algumas questões sobre o assunto

O que é considerada a jornada normal de trabalho?

Segundo a CLT, a jornada normal de trabalho corresponde às horas para as quais o médico foi efetivamente contratado, ou seja, 20, 24, 30 etc. horas semanais. Tudo o que ultrapassar esse limite é considerado hora extraordinária. Nesse sentido, todas as Convenções Coletivas de Trabalho firmadas pelo Simesp estabelecem que as horas extras devem ser pagas com

adicional de 100%. Ou seja, vale o dobro que a hora normal.

A mesma regra vale para os plantonistas?

Sim, se a jornada semanal for de 24 horas, para a realização de dois plantões de 12 horas, a hora extraordinária e/ou o terceiro plantão semanal terão valor superior.

Para calcular o valor da hora extra é necessário dividir o salário-base mensal por um divi-

sor específico, que são: 44 horas: 220; 42 horas: 210; 40 horas: 200; 36 horas: 180; 35 horas: 175; 30 horas: 150; 25 horas: 125; 24 horas: 120; 20 horas: 100; e 12 horas: 60. Por exemplo, numa jornada de 24 horas por semana divide-se o salário por 120. O resultado é o valor da hora normal. Para calcular a hora extra deve-se multiplicar o resultado por dois.

A hora extra é considerada no cálculo para a contribuição do INSS?

Sim, o valor deve integrar o salário para fins de cálculos de contribuição previdenciária e recolhimento do FGTS. Em caso de horas extras habituais, ou seja, aquelas prestadas todos os meses, também devem integrar o salário para fins de cálculo de férias e 13°.



Leia em nosso portal a íntegra do artigo de José Carlos Callegari, advogado do Simesp <http://goo.gl/8RRCDO>

> O que você gostaria de ler na próxima edição? Mande suas sugestões: imprensa@simesp.org.br <



“Não se fala muito em finitude, em sofrimento”

Maria Perez trabalha com cuidados paliativos no Instituto do Câncer de São Paulo (Icesp) desde 2010. A médica fez diversos cursos em cuidados paliativos no exterior, por avaliar que havia uma defasagem em sua formação neste campo. Nesta entrevista, Maria trata sobre as dificuldades de aceitação da especialidade no Brasil

Nádia Machado

Por que optou trabalhar com cuidados paliativos?

No começo foi mais por sentir falta de uma formação específica durante a residência. À época, acompanhei alguns pacientes no fim da vida, e vê-los sem assistência adequada me deixava incomodada. Sabia que aquele não era o tipo de cuidado de que precisavam e fui tentando ver como poderia ser feito de uma maneira melhor. Foram momentos muito pontuais na residência que me despertaram a vontade de aprender um pouco mais. Então, procurei me aperfeiçoar na área, fiz o primeiro curso na Inglaterra - tinha parte teórica e prática. Visitei alguns hospices (hospedagem para pacientes em fim de vida), acompanhei visita domici-

liar e me encantei. Voltei falando: ‘É isso que quero fazer da vida. Quero aprender um pouco mais’.

A sociedade compreende o papel desse tratamento?

As pessoas não entendem muito porque resolvemos fazer cuidados paliativos. Acredito que há dificuldade de aceitação, principalmente entre os profissionais. A meu ver, isso está ligado à nossa formação, tanto na médica, que posso falar com mais propriedade, quanto nas outras áreas da saúde. Temos uma formação muito voltada para a cura e tratamento da doença, enfim, não se fala muito em finitude, em sofrimento, morte. São coisas pouco discutidas durante a graduação e mesmo na residência. Pode estar mudando aos pou-

cos, mas há um tempo não era tema em momento algum, o que não é real. A única certeza que temos desde o nascimento é a morte, mesmo que ninguém goste de pensar muito nisso, mas vai acontecer com todo mundo em algum momento.

Há preconceito em relação a essa especialidade?

Acredito que os profissionais têm a sensação de que fazer paliativos é desistir do paciente e é muito pelo contrário. Para fazer paliativos é necessário entender que a morte vai acontecer, porque são casos graves de pacientes com doenças muito avançadas e que estão muito debilitados. Além disso, compreender que esses pacientes vão falecer com você, sem você e apesar de você. Então, tira-se o foco da questão de que o pa-

ciente vai morrer e puxa para o lado de como será esse processo. Acho que faz toda a diferença. Uma coisa é o paciente falecer. A outra é o pouco tempo que ele tem para viver da melhor maneira possível, com os sintomas bem controlados, com os seus valores bem respeitados, podendo estar perto de quem ele ama, de quem é importante para ele. O fim da vida é sempre um momento duro, difícil, mas é muito diferente para uma família perder alguém de uma maneira em que a pessoa estava tranquila, confortável, com os sintomas bem paliados e em que pôde estar perto. Embora continue sendo triste, não é traumático.

Leia em nosso portal a entrevista completa: <http://goo.gl/dcbfsf>

É mais tranquilo exercer a Medicina quando estamos seguros

Condições especiais para os associados Simesp

- ✦ Seguro de Responsabilidade Civil Profissional
- ✦ Seguro de Diária por Incapacidade Temporária
- ✦ Seguro para Clínicas e Consultórios
- ✦ Seguro de Vida e Acidentes Pessoais
- ✦ Seguro Residencial e Casa de Veraneio
- ✦ Seguro de Equipamentos Portáteis
- ✦ Seguro de Automóveis
- ✦ Seguro de Viagens

SIMESP  SEGUROS

Cotações e Dúvidas
simesp.org.br/simesp+



A morada do coração perdido

Antiga residência de Mário de Andrade abriga oficinas culturais e acervo que pertenceu ao poeta

Nádia Machado

O belo sobrado localizado na rua Lopes Chaves, 546, no bairro da Barra Funda, na zona oeste de São Paulo, foi adquirido pela mãe de Mário de Andrade, após a venda do imóvel da família no largo do Paissandu. O poeta e escritor, que foi um dos principais expoentes do movimento modernista e da Semana de Arte Moderna, em 1922, viveu naquela residência até sua morte, e citou a construção em vários de seus textos, como em *Poemas da Amiga*:

(...)

Quando eu morrer quero

ficar,

Não contem aos meus amigos,

Sepultado em minha cidade,

Saudade.

Meus pés enterrem na rua

Aurora,

No Paissandu deixem meu

sexo,

Na Lopes Chaves a cabeça

Esqueçam.

(...)

Em 1990, o espaço virou sede da Oficina Cultural Casa Mário de Andrade, com programação temática voltada para áreas específicas do texto e da literatura. À época da inauguração, restava apenas o piano dele no local.

No ano passado, em celebração ao 70º aniversário da morte do autor, a casa foi reformada e ganhou mais um objetivo: a preservação. Na ocasião, foi inaugurada a exposição permanente *A morada do coração perdido*, como o próprio autor se referia à construção.



> A casa foi reformada em 2015, em celebração aos 70 anos da morte do autor

A partir daí, o local começou a abrigar também um acervo com objetos que pertenceram a ele, como móveis, aparelhos e uma minibiblioteca. “Há um planejamento para priorizar a casa como um museu devido ao seu valor histórico”, expõe Raul Christiano, diretor das Oficinas Culturais do Estado de São Paulo.

O que torna a visita ao espaço mais interessante são as histórias contadas pelo educador Marcelo Ozorio, que, além de trazer o conteúdo histórico da construção e sobre a vida do poeta, aborda durante suas conversas com os visitantes o que mais lhe interessar sobre a obra do autor. “Fazemos visitas dialogadas e não monitoria. O Mário transitou por diversos campos da arte, por isso focamos no que é de interesse do visitante, como folclore, poesia...”, conta o educador.

Oficinas culturais

As oficinas culturais foram mantidas e os projetos incluem o estudo e a criação de diversos gêneros literários (conto, romance, poesia e dramaturgia), jornalismo, crítica, interpretação de textos e redação, somados a palestras, ciclos de depoimentos de escritores, leituras dramáticas, recitais, mostras de filmes, lançamentos de livros e saraus. “Desenvolvemos a programação priorizando a vida e obra do Mário de Andrade”, explica o diretor das oficinas.

A programação é desenvolvida a cada trimestre e divulgada no site <http://www.oficinas-culturais.org.br/>. Para agendar a visita dialogada, entre em contato pelo telefone: (11) 3666-5803, ramal 23, de terça-feira a sábado, das 9h30 às 14h, e toda última terça-feira do mês, das 9h30 às 20h.



Mais cultura

Flip 2016

A 14ª Festa Literária Internacional de Paraty (Flip) será realizada entre 29 de junho e 3 de julho. A homenageada desta edição será a poeta Ana Cristina Cesar (1952-1983), importante autora da Poesia Marginal, que nos anos de 1970 se firmou distribuindo edições caseiras no Rio de Janeiro, em plena ditadura militar. A programação conta com a presença de autores internacionais e tem entre seus objetivos apresentar ao público as novas vozes da literatura.

Bienal do Livro

Este ano acontece a 24ª Bienal Internacional do Livro de São Paulo, entre os dias 26 de agosto e 4 de setembro, no pavilhão de Exposições do Anhembi. O evento reúne cerca de 480 expositores, entre editoras, livrarias e distribuidoras de todo o país, que, além de livros, oferecem oficinas literárias, bate-papo e sessão de autógrafos com autores. Os organizadores esperam receber cerca 800 mil visitantes nesta edição.

Flipoços e feira do livro

A Feira Nacional do Livro de Poços de Caldas e o Festival Literário de Poços de Caldas (Flipoços) chegam à 11ª edição e serão realizados de 30 de abril a 8 de maio. O Flipoços promove a literatura por meio de cinema, música, teatro e outras formas de arte e a feira leva para a cidade mineira diversas editoras e livrarias. Este ano, a novidade é o Circuito Cultural Literário Flipoços+, que trará mais quatro tendas externas com atividades culturais e entretenimento.